


Contradições e transformações na história do CEA-USP: caminhos possíveis através da análise da revista África.

Contradictions and transformations in the history of CEA-USP: possible paths through the analysis of the journal África.

Maia Kochani Frizzo

 <https://orcid.org/0000-0002-7455-5258>

Universidade Federal do Paraná

Resumo: Geralmente procuramos pelas revistas acadêmicas quando queremos publicar algum texto ou procurar algum artigo de referência para nossa pesquisa. Todavia, também é possível analisá-las enquanto fontes primárias, principalmente quando se trata de uma revista com décadas de história como a África, do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo (USP). O objetivo deste artigo é apontar para algumas possibilidades de trabalho com esse tipo de fonte através do exemplo da revista supracitada, além de contribuir para o campo dos estudos africanos através de uma análise de seu desenvolvimento histórico no CEA-USP, um dos principais centros do tipo no Brasil. Para isso, partiremos do contexto de surgimento desse centro de estudos e de criação da revista, tendo como base o primeiro volume da revista África. Ao final, uma comparação com momentos recentes da revista será feita a fim de identificar, como o título explicita, contradições e transformações na história do CEA-USP através de sua principal ferramenta de publicação e internacionalização.

Palavras-chave: África. Estudos africanos. CEA. Revista. Fernando Mourão.

Abstract: We usually look for academic journals when we want to publish a text or look for a reference article for our research. However, it is also possible to analyze them as primary sources, especially when it is a journal with decades of history such as África, from the Centro de Estudos Africanos (CEA) of the Universidade de São Paulo (USP). The objective of this article is to point out some possibilities of working with this type of source through the example of the aforementioned journal, in addition to contributing to the field of African studies through an analysis of its historical development at CEA-USP, one of the main centers of its kind in Brazil. To do so, we will start from the context of the emergence of this study center and the creation of the journal, based on the first volume of the journal África. At the end, a comparison with recent moments of the journal will be made in order to identify, as the title makes clear, contradictions and transformations in the history of CEA-USP through its main tool for publication and internationalization.

Keywords: Africa. African Studies. CEA. Journal. Fernando Mourão.

Fundado oficialmente em 1965 com o nome de Centro de Estudos de Cultura Africana (CECA), o projeto do centro de estudos africanos da USP (Universidade de São Paulo) se originou da atuação de um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, inspirados por um círculo de conferências sobre África patrocinado pelo então Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais. Enquanto entidade privada sem fins lucrativos, o então CECA foi autorizado a funcionar junto à Cadeira de Sociologia II, ainda que já contasse com membros



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

pesquisadores de várias das Ciências Humanas.

Em 1966, apesar da escassez de recursos financeiros, o CECA se tornou responsável pelo primeiro curso de África da USP ao contratar o etnólogo moçambicano Fernando Monteiro de Castro Soromenho para ministrar Introdução à Sociologia da África Negra. O pioneirismo dos primeiros cursos, que advinham da Sociologia e focavam na região de Angola, atraiu a participação de pesquisadores como Florestan Fernandes, Fernando Augusto Albuquerque Mourão, Victor Ressa de Gouveia, Vincent Monteil e Diva Benevides Pinho, além de Henry Senghor, Embaixador do Senegal no Rio de Janeiro.

Posteriormente, durante 1968, o centro sofreu grandes transformações internas com o objetivo de institucionalizar o grupo, o que levou também ao seu rebatismo no mesmo ano como Centro de Estudos Africanos (CEA). Todavia, o governo ditatorial militar adiou os planos do CEA ao impor uma ampla Reforma Universitária em 1968, “implantada sob a égide do Ato Institucional nº.5 (AI-5) e do Decreto-lei, nº. 477, de 26.02.1969, que define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados e as medidas punitivas a serem adotadas nos diversos casos” (FÁVERO, 2000, p. 12).

Vale lembrar que durante seus primeiros anos o CEA funcionava como uma organização privada sem fins lucrativos, não possuindo relação formal com a universidade. Isso mudou apenas em 1972 quando o CEA, atendendo às novas exigências da USP em razão das reformulações exigidas pela reforma, passou a atuar nas graduações e pós-graduações da universidade enquanto parte da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Nesse momento, contando com a infraestrutura necessária, o CEA passou a investir pesadamente no diálogo com universidades africanas, promovendo uma intensa troca de alunos intercambistas durante a maior parte da década de 1970. Esse redirecionamento para a internacionalização, todavia, não foi algo particular do CEA-USP. Na realidade, diversos setores da USP (bem como de outras universidades, como a UnB e a PUC-RJ) fizeram o mesmo durante a década de 1970, muito em razão do desenvolvimento das Relações Internacionais no país:

Em São Paulo, na USP, um grupo pioneiro de professores ligados à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a FFLCH, começa a desenvolver a linha de pesquisa das Relações Internacionais, que se expressa por publicações, orientações de pesquisas e formação de novos especialistas e também a oferta de disciplinas de pós-graduação pelo professor Oliveiros Ferreira já no ano de 1973, tradição que se estendeu até os anos 1990, com diferentes professores. O professor Bolívar Lamounier também trabalhava a temática da política internacional nos anos 1970 no departamento de Ciência Política. No departamento de Sociologia da mesma faculdade, começam a ser oferecidas disciplinas de estudos de área, ou de estudos regionais, especialmente com a implementação do Centro de Estudos Africanos, em 1969. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, os professores Celso Lafer, Guido Soares e Vicente Marotta Rangel começam a trabalhar uma temática mais próxima às Relações Internacionais no começo da década de 1970, culminando com a oferta da disciplina “Política Internacional” (PADOVANI, 2012, p. 86).

É na esteira desse processo de internacionalização que a revista África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP foi criada, em 1978, como resultado desse processo de consolidação e internacionalização. Sob a liderança de Fernando Augusto Albuquerque Mourão, a revista contou desde seu primeiro número com uma proposta pensada em consonância com a nova realidade do CEA e que valorizava dois aspectos que vão acompanhar a composição de seus dossiês:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

1. **Interdisciplinaridade:** o objetivo do CEA era que a revista fosse um espaço acadêmico que valorizasse “a troca e o intercâmbio de conhecimentos sobre o universo continental numa abordagem plural e interdisciplinar” (MUNANGA, 2012, p. 26).
2. **Pluralidade linguística:** pensando a revista como plataforma de intercâmbio com universidades estrangeiras, sobretudo da África, o CEA incentivou a “maleabilidade em publicar artigos nas línguas de pesquisa e expressão científicas em que são escritos: português e outras línguas de comunicação científica internacional como o francês, o inglês, o espanhol e as línguas africanas” (MUNANGA, 2012, p. 26).

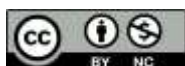
Tenhamos esses dois aspectos em mente ao analisarmos, a seguir, tanto a trajetória de Mourão, personagem fundamental da história do CEA, quanto a composição do primeiro número da revista África, principal plataforma de divulgação do CEA-USP.

Fernando Augusto Albuquerque Mourão: uma figura contraditória

A trajetória acadêmica de Fernando Augusto Albuquerque Mourão se confunde com a do CEA-USP. Desde cedo envolvido em causas voltadas à valorização da cultura africana, Fernando Mourão participou da fundação da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, e se envolveu com a revista “Présence Africaine”. Durante o Estado Novo português, seu trabalho passou a ser visto como uma ameaça pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), forçando-o a retornar ao Brasil no início da década de 1960. De volta ao país, voltou-se para a área de Ciências Sociais, construindo sua formação acadêmica dentro da USP. Foi durante essa década que se engajou nos estudos africanos, participando da fundação do CECA, em 1965, e do CEA, em 1968. Seu objetivo, revelou mais tarde, era o de estimular a produção independente de conhecimento sobre África, tendo em vista a relação histórica do Brasil com o continente:

No sentido de conhecer o Continente Africano, sua cultura e, ao mesmo tempo, evitar uma continuação de repetição de informações ultrapassadas pelo tempo histórico, ou então de passar a repetir informações recentes produzidas em outros centros de cultura, sem vivência do problema, é que surgiu a ideia de criação do Centro que, entre seus fundadores, contou com a participação de alguns estudantes africanos que haviam chegado ao Brasil na década de 60 (MOURÃO apud CRUZ, 2016, p. 85).

Para concretizar esse projeto, desde cedo Mourão agregou seus conhecimentos sobre Relações Internacionais, campo ainda incipiente no Brasil, a fim de fomentar as relações do CEA com a África, fazendo isso através de uma série de visitas ao continente africano, bem como a centros especializados na França, onde foi orientado pelo professor Georges Balandier. Nesse sentido, tal como acontecia na Europa, “especialmente na França, mas também em Portugal, não parecia mais possível discutir a realidade das sociedades africanas sem a discussão de suas conexões internacionais, e da natureza da dinâmica de sua relação com a sociedade internacional” (PADOVANI, 2012, p. 92). Além disso, é importante destacar que sua atuação não se limitou apenas ao campo acadêmico. Mourão participou também da formação do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), movimento contrário à colonização portuguesa na África e que apoiava o



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA (CRUZ, 2016, p. 86).

Essas iniciativas projetaram sua figura no mundo acadêmico. Nacionalmente, foi convidado para organizar a primeira coleção de livros literários no Brasil, a Coleção Autores Africanos, lançada pela Ática entre 1979 e 1991. Internacionalmente, foi convidado, na mesma época, para participar do Comitê Científico da coleção História Geral da África, produzida pela UNESCO¹:

Para este projeto, foi reunida uma equipe de mais de 350 especialistas de diversas áreas do conhecimento, sob a direção de um Comitê Científico Internacional, que era composto por 39 intelectuais, sendo dois terços africanos. Esta coleção teve oito grandes volumes que mostram panoramicamente, diacronicamente e objetivamente os processos históricos dos povos africanos e suas relações com outras civilizações. O trabalho foi disponibilizado em inglês, francês e outras línguas (CRUZ, 2016, p. 89).

Ao fazer parte desse projeto, Mourão não apenas alavancou sua imagem como também a do próprio CEA, tendo em vista a importância de um brasileiro participar de um projeto dessa magnitude em uma época em que poderíamos contar nos dedos de uma mão a quantidade de centros de estudos africanos no Brasil². Dessa forma, é inegável que a história do CEA deve muito à atuação de Mourão, e Kabengele Munanga, que passou pelo centro durante a década de 1970, não mede palavras para expressar isso:

Sem sua determinação, o Centro não teria existido e eu pessoalmente não estaria neste momento na posição em que me encontro para contar essa história. Esta pessoa se chama Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Ele foi o homem que, sem medir esforços, encarnou o CEA em todos os momentos de sucesso e insucesso, de dificuldades e de vitórias, fora e dentro do país (MUNANGA, 2012, p. 28).

Todavia, mesmo em um período como a da ditadura empresarial-militar³ (1964-1985), marcado pela violência e pela intensificação das contradições internas do país, não deixa de ser surpreendente descobrirmos que Fernando Mourão, conhecido por sua atuação política e acadêmica a favor das sociedades africanas, tenha colaborado ativamente com a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da USP⁴, ligada ao Serviço Nacional de Informações (SNI) do governo, na perseguição ao movimento negro no país. Em um artigo publicado em 2023, Paulo Fernandes Silveira se baseia em uma ampla bibliografia primária e secundária para demonstrar como Mourão estava enredado em uma série de conflitos com figuras proeminentes do campo dos estudos negros no Brasil. Seus posicionamentos foram sumarizados em um documento intitulado “O Negro no Brasil”, elaborado no período em que era docente da FFLCH-USP e diretor do CEA e enviado ao ASI em 1977.

1 A Unesco retomou o projeto em 2010. Recentemente foi publicado o volume X da coleção, enquanto os volumes IX, X e XI estão em vias de publicação.

2 Podemos citar nominalmente o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), atualmente parte da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, e o extinto Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), da Universidade Candido Mendes.

3 O uso do termo “empresarial-militar” não é acidental. Pedro Campus, na sua tese de doutorado “A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, de 1964-1985” (UFF, 2012) desvenda como setores empresariais, principalmente da construção civil, se beneficiaram, apoiaram e sustentaram o regime militar. Vale lembrar, inclusive, que é no período militar que as empreiteiras brasileiras começam a entrar na África, em especial em Angola.

4 Sobre a atuação da ditadura empresarial-militar dentro das universidades, ver MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Nesse documento, Mourão faz uma série de referências a Abdias do Nascimento, importante liderança do movimento negro brasileiro na época, apontando-o como uma figura subversiva, tendo em vista a publicação de sua obra “O genocídio do negro brasileiro”, onde denuncia a censura e perseguição do governo ditatorial contra instituições de pesquisa e intelectuais brasileiros e estrangeiros preocupados com as questões raciais do país. Quando essa denúncia se tornou, em julho de 1978, uma das principais inspirações para a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), foi publicado logo em seguida um artigo de Kabengele Munanga na Revista de Antropologia da USP, reforçando a antiga tese da “democracia racial”⁵, também defendida por Mourão:

Além disso, individualmente não se observa no Brasil atual a hostilidade e a violência que caracterizam as relações entre brancos e negros dos Estados Unidos da América. O branco brasileiro, ao invés de ser brutal ou hostil com seu compatriota negro, ao contrário, é antes caridoso e paternalista. Ele se toma de piedade pelo negro e o trata com doçura e ternura. Ao invés de o chamar “negro”, prefere dizer “crioulo”, porque é mais “carinhoso” (é mais terno) (MUNANGA, 1978, p. 151).

É difícil acreditar que se trata apenas de uma coincidência uma vez que, além de Abdias do Nascimento, Mourão também atacou teóricos norte-americanos, ainda que brancos, cujas obras foram influentes nos estudos afro-brasileiros, como é o caso de Thomas E. Skidmore, crítico desse argumento reproduzido por Munanga. Nas palavras do próprio Mourão, citadas por Silveira diretamente de um dossiê abrigado no Arquivo do Estado de São Paulo: “[seu livro é] extremamente perigoso para o Brasil, pois levanta o problema que a tese da miscigenação não é um fato, mas uma tese construída, entre outras, por um órgão de governo, está sendo utilizada no exterior em ataques ao nosso País e também no plano interno” (SILVEIRA, 2023, s/p).

Também são recorrentes referências a “comunistas” e “infiltrados”, em uma tentativa de construir uma imagem dos movimentos e associações negras como perigos à “ordem social” construída pelo governo ditatorial:

O tratamento do problema em termos de etnia ‘recentes informações do Brasil parecem mostrar que os negros no Brasil começam a constituir um grupo étnico’, diz Nathan Glazer, p. 20 da tradução publicada em Diálogo, mostra a nova tendência, extremamente perigosa para o Brasil. Por um lado, no plano externo, contrapõe-se à imagem da miscigenação que nos caracteriza e, no plano interno pode vir a ser, juntamente com outras variáveis, algumas já citadas, um elemento da **conturbação da ordem social**. Por motivos diversos vemos congregar-se em termo do mesmo ponto, principalmente no plano externo, **comunistas e alguns não comunistas**.

[...] Acredita-se que elementos ligados à extinta Frente Negra pretendem o seu reaparecimento em novos moldes. Manifestações culturais, tais como teatro, capoeira e outras, girando em torno da ‘luta’ do negro (note-se a linguagem utilizada) vêm sendo anunciadas, assim como reuniões e formação de grupos ‘negros’. O **problema racial** está reabrindo-se a partir, principalmente, da influência dos vários movimentos negros norte-

5 Sobre o desenvolvimento das teorias de “democracia racial” no Brasil, ver: DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos latinoamericanos*, n. 10, 2005; SCHLICKMANN, Mariana. A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930 a 1980. *Temporalidades*, vol. 8, n. 1, p. 417-443, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5691>. Acesso em: 22 abr. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

americanos, alguns dos quais com **características revolucionárias e, ao que consta, infiltrados, entre outros, por elementos comunistas** (SILVEIRA, 2023, s/p, grifos meus).

Os trechos acima evidenciam um “outro” Fernando Mourão, diferente daquela figura pública marcada pelo diálogo constante com universidades africanas, sua oposição ao Estado Novo português e apoio aos movimentos de libertação africanos, como o MPLA. Ideologicamente alinhado aos ideais do golpe empresarial-militar de 1964, Mourão possui uma faceta que contradiz essa imagem. Quando o assunto era a população negra brasileira, o sociólogo defendeu teorias como a da “democracia racial”, que apagam os conflitos e a desigualdade racial, diferente daquilo que se poderia imaginar do diretor de um centro de estudos africanos com o tamanho do CEA.

Portanto, entre idealizar sua imagem e descreditar suas contribuições aos estudos africanos brasileiros, um caminho possível seria similar à postura de estudiosos contemporâneos em relação à obra de Nina Rodrigues. Reconhecido por suas contribuições para o desenvolvimento da antropologia e dos estudos africanos no Brasil em uma época em que ambos os campos ainda eram incipientes no país, Rodrigues deve ser analisado tendo em vista suas ideias, hoje reconhecidamente racistas. Como aponta a historiadora Lília Schwarcz:

A despeito de ser considerado [...] como o primeiro antropólogo brasileiro a tratar de temas, hoje conhecidos, como “raciais”, ele [Nina Rodrigues] é também considerado um autor maldito; reconhecido como aquele que tratou de defender – e teorizar – as diferenças ontológicas existentes entre as diversas raças no Brasil, e em especial por considerar a mestiçagem como sinal de degenerescência (p. 47, 2008).

O antropólogo e historiador Gilberto Freyre também é estudado sob esse prisma atualmente. É inegável seu legado para os estudos da história do Brasil e, mais especificamente, da colonização e da escravidão. Todavia, sua teoria racial, posteriormente denominada como “teoria da democracia racial” aponta para os limites da obra de um autor influenciado pelas ideias eugenistas de seu tempo.

Dessa forma, sem descartar as contribuições de suas obras, é crucial a crítica mordaz e recorrente às bases racialistas de seu pensamento. Da mesma forma, ainda que Fernando Mourão seja lembrado de maneira justa por seu trabalho no CEA, também o deve ser por seu apoio às práticas antidemocráticas e políticas racistas do governo de sua época.

O primeiro volume da revista *África*

Feita a contextualização da revista e a problematização de seu idealizador, faremos agora um breve panorama das publicações do primeiro número da revista publicado em 1978, digitalizado e hospedado no Portal de Revistas da USP. Analisaremos brevemente sua estrutura e, em seguida, resumindo seus temas e principais ideias. Meu objetivo com isso é perceber elementos em comum entre os textos, traçando uma linha editorial que, como hipótese, parte do artigo de Fernando Augusto Albuquerque Mourão, que abre a edição.

Examinando de maneira ampla, esse número da revista se divide em três seções, que podem ser descritas da seguinte forma:



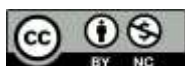
Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

1. **Artigos:** essa seção conta com textos em formato de artigo científico e com tamanhos que variam entre 5 e 20 páginas, versando sobre temas e objetos de pesquisa específicos. A única exceção ao formato é o texto de Luiz Beltrán, especificado como “nota bibliográfica”, em um sentido similar ao da chamada “resenha bibliográfica”.
2. **Resumos de teses:** com título autoexplicativo, essa seção foi criada para comportar resumos de teses de doutorado. Apesar de a revista ter publicado apenas um resumo no dossiê de 1978, a quantidade de publicações desse tipo aumentou nos anos seguintes.
3. **Noticiário:** de autoria do editor do dossiê, a função do Noticiário é divulgar eventos, publicações e revistas, tanto nacionais quanto internacionais, com o objetivo de facilitar o acesso a informações por pesquisadores brasileiros.

Quanto ao conteúdo da revista, o primeiro elemento que chama a atenção ao visualizarmos o dossiê em sua totalidade é a variedade de línguas das publicações, algo previsto nas normas da revista. Dos 8 artigos publicados, 5 estão em português, 1 em inglês, 1 em francês e 1 em castelhano. Isso faz sentido se lembrarmos do afluxo de alunos intercambistas de universidades africanas que chegavam no CEA nessa época, advindos de países que falavam línguas europeias em razão de seu passado colonial (incluindo o próprio português, como é o caso de Moçambique, por exemplo). Nesse sentido, o caráter interdisciplinar e plural da revista parece ter levado o CEA a adotar um modelo de publicação de dossiês livre, isto é, que não é orientado por temas específicos a cada edição.

Em seu artigo “Reprise” da África no Brasil, o professor e pesquisador que se tornou referência na história CEA propõe que uma “nova fase relativa aos estudos do negro do Brasil certamente terá início, dentro em breve como corolário lógico e reflexo de uma situação social que, aos poucos, começa a emergir no cenário das relações sociais” (1978, p. 3). Sua linguagem sociológica enigmática e rebuscada faz referência ao processo de “redemocratização” que o país adentrava em 1978, abrindo novas possibilidades até então inimagináveis. Na esteira dessa transformação social, Mourão aponta na direção de uma mudança de “variáveis” que possibilitaria a superação de uma série de paradigmas que rondavam os estudos africanos no Brasil em sua época, dentre eles:

1. O foco insistente nos estudos acerca do sincretismo religioso nas religiões afro-brasileiras em detrimento do conteúdo, isto é, dos estudos africanos em si;
2. O que ele chama de “a persistência de uma série de idéias [sic] falsas sobre a África, fruto do passado colonial, do qual emergiu uma série de tabus e de inexatidões culturais”, que pode ser compreendido em termos de um “etnocentrismo cultural”;
3. A predominância de uma abordagem que, ao privilegiar “cortes no tempo e no espaço”, não leva em conta os processos (configura-se aqui uma crítica de um sociólogo de formação à tendência de sua própria área em ignorar a diacronia);
4. A dicotomia mecânica entre uma “negritude” e uma “branquitude” essencializadas, que criam uma “falsa imagem” prejudicial às análises sociológicas.
5. A persistência de uma dicotomia confusa entre “contribuição sudanesa” e “contribuição bantu” que desconsidera estudos mais recentes como os de Cheikh



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Anta Diop, R. Tempels e Georges Balandier.

A resposta para esses problemas, para Mourão, está no reexame dos dados e das interpretações tradicionais já cristalizadas, dessa vez tendo em mente os processos e as nuances culturais que apenas uma análise diacrônica é capaz de revelar.

O segundo artigo da revista, escrito por Darcy da Silva, se inscreve no movimento descrito acima ao dedicar suas 14 páginas à obra “Sens et Puissance” de Georges Balandier, umas das referências elencadas por Mourão e que foi responsável por inaugurar a cadeira de Sociologia Africana na Universidade de Paris. Nessa autodenominada “crônica”, a autora faz uma análise da estrutura da obra de Balandier, elencando as principais ideias desenvolvidas pelo francês e destacando suas inovações, sobretudo no que se refere à função e a forma de se fazer Sociologia. Com o texto de Darcy da Silva, fica evidente que com seu artigo de abertura Mourão procura inscrever o CEA – ou até mesmo projetá-lo como vanguarda – em um movimento maior de renovação dos estudos sociológicos da África, possível através da “reprise” da tradição teórica e metodológica que remete a Nina Rodrigues e Arthur Ramos⁶.

Trabalho similar ao de Darcy da Silva fez Celso José Loge com a obra do jornalista e etnólogo moçambicano Fernando Monteiro de Castro Soromenho⁷. Baseado nas obras de Fernando Mourão e Roger Bastide, que dedicaram diversos estudos à obra Soromenho, o autor do artigo elabora um panorama da produção literária do escritor em questão, procurando articulá-la às demais esferas de sua vida, isto é, à sua atuação longa enquanto jornalista e à sua formação acadêmica enquanto antropólogo. Loge faz isso com o intuito de analisar como transparecem na literatura de Soromenho seus conhecimentos da realidade social de Moçambique. Seu objetivo, nesse sentido, converge com o do CEA, como se pode notar um ano após a publicação do primeiro número dessa revista através de uma das iniciativas de Mourão. Como explica Kabengele Munanga, nesse ano o fundador do centro foi convidado pela Editora Ática a fim de organizar uma coleção intitulada Autores Africanos. Nas palavras de Munanga:

O objetivo dessa coleção era publicar algumas obras-primas de literatura africana (romances, contos, poesia, etc.), consagradas e já publicadas em outras línguas (português, francês, inglês, etc.), que veiculavam outra visão das realidades africanas vistas do ponto de vista de uma literatura de denúncia e de combate ao colonialismo, dos conflitos e guerras de libertação contra o jugo colonial e também das contradições entre a tradição africana e a modernidade ocidental no contexto da transição (2012, pp. 26-27).

Em outras palavras, o CEA via a necessidade de disponibilizar aos acadêmicos brasileiros debates teóricos e metodológicos atualizados que ocorriam no exterior, bem como interpretações distintas das que dominavam a produção acadêmica local, no que a

6 Sobre Arthur Ramos e a “Escola Baiana” de Nina Rodrigues, ver SOUZA, Thyago R. G. de. De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”. *Temporalidades*, vol. 5, n. 2, p. 161-180, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5481>. Acesso em: 22 abr. 2025.

7 O próprio Fernando Mourão participou, dez anos mais tarde, da escrita de uma breve biografia, seguida de bibliografia, sobre o moçambicano. Ver MOURÃO, F. A. A.; FURTADO, C.; VALENTE, F. Bibliografia sobre Fernando Monteiro de Castro Soromenho. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP: São Paulo, n. 11, vol. 1, p. 165-186, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/95986>. Acesso em: 22 abr. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

literatura também se mostrava útil.

Isso se evidencia no fato de que metade dos artigos do primeiro número da revista fazem esse movimento, a exemplo dos artigos de Darcy da Silva e José Loge, vistos anteriormente, mas também do breve texto de Luis Beltrán, “Três contribuições afro-hispânicas”⁸. Escrito em formato de nota bibliográfica, o artigo de Beltrán apresenta três obras acadêmicas que abordam as comunidades afro-hispânicas na América Latina, tendo como objetivo servir de porta de entrada para o tema e, em suas palavras, “induzir um aprofundamento através da história, sociologia e literatura, sobre a contribuição africana ou africana para a autenticidade hispânica”⁹ (1978, p. 96).

Os três artigos restantes abordam temas específicos, indo portanto por um caminho diferente. O texto de Francisco Cartaxo Rolim, doutor em sociologia, propõe uma reinterpretação do processo de sincretismo religioso entre a Umbanda e o Candomblé, por um lado, e o Catolicismo, por outro. Na introdução do artigo, o autor qualifica essa discussão através de uma série de questionamentos acerca da ressignificação de símbolos pelas religiões estudadas, formulando então duas hipóteses: “o catolicismo catolicizou o africano através dos símbolos que estes assumiram, ou o catolicismo se africanizar no africano, aparentemente católico?” (ROLIM, 1978, p. 42). Durante as partes II e III do texto, Rolim desenvolve seu artigo partindo de uma análise da formação social do Brasil colônia, enfatizando os processos pelos quais o catolicismo entrou em contato com os africanos e as condições sociais em que se deram, bem como os elementos estruturais que ao seu ver definem essa dinâmica.

Na conclusão do artigo, Rolim tende a interpretação de uma africanização do catolicismo, no sentido de uma reinterpretação dos símbolos religiosos do catolicismo dentro da lógica africana, no que foram mantidas as “linhas fundamentais do sistema de forças da religião africana” (ROLIM, 1978, p. 62). Portanto, é possível perceber como o autor converge com Mourão ao dar foco aos estudos africanos quando analisa o sincretismo religioso afro-brasileiro, bem como ao desafiar o “etnocentrismo cultural” ao propor uma “africanização” do catolicismo, compreendida enquanto um processo histórico¹⁰.

Quem também abordou o sincretismo religioso foi a antropóloga austríaca (com cidadania venezuelana) Angelina Pollak-Eltz, autora do artigo cujo título pode ser traduzido como “Magia, feitiçaria e bruxaria entre camponeses afrovenezuelanos”¹¹. Fazendo uma tipologia dos tipos de uso de magia, a autora parte de alguns elementos para traçar a origem de algumas práticas que, em sua hipótese, advém da África. Em um movimento similar ao de Rolim, Pollak-Eltz tira o foco do sincretismo religioso em si para estudar o conteúdo dessas práticas em conexão com a cosmologia africana. Apesar de admitir que isso nem sempre é possível, ela conclui que o interesse pela magia entre os afro venezuelanos se deve justamente à persistência da herança africana na cultura folclórica da Venezuela.

O artigo escrito pelo marfinense Antoine Yangni-Angaté, por sua vez, faz um movimento

8 Tradução livre. Título original: “Tres contribuciones afro-hispánicas”.

9 Tradução livre. Trecho original: “inducir a profundizar a través de la historia, la sociología y la literatura, sobre la contribución africana o de origen africana a la autenticidad hispánica”.

10 Sobre esse assunto, ver MELLO E SOUZA, Marina de. Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 125-146, 2002.

11 Tradução livre. Título original: “Magic, sorcery and witchcraft among Afrovenezuelan peasants”. Esse artigo é fruto dos estudos de Pollak-Eltz sobre o sincretismo nas culturas afro-americanas, que oito anos antes já tinham rendido o artigo “Donde provém os negros da América do Sul?”, publicado na revista *Afro-Ásia* do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), sediado na Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20762>. Acesso em: 22 abr. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

próprio ao confrontar as cosmologias ocidental e africana. Com um título que pode ser traduzido do francês como “O paciente negro-africano e seu ambiente social”¹², esse texto analisa a relação do negro africano com a doença e a medicina, comparando sua cosmogonia com a da medicina ocidental, explorando eventuais contradições. Partindo de relatos, Angaté faz um exercício antropológico ao explicar a lógica e os valores dessa relação, informando sobre os símbolos e os ritos envolvidos no processo de adoecimento, cura e morte. Por fim, o autor advoga a favor de que aqueles que aplicam a medicina ocidental, apesar de suas contribuições para a África, respeitem o contexto sócio-cultural de seus pacientes. Apenas assim, defende Angaté, os africanos poderão se beneficiar de maneira completa das benesses da ciência médica.

Não por coincidência, a tese de Kazadi wa Mukuna, “O contato musical transatlântico: contribuição bantu na música popular brasileira”, resumida em 5 páginas, estuda uma dinâmica cultural parecida na contribuição bantu na música popular brasileira. Definindo sudaneses e bantos como grandes agrupamentos étnicos advindos de espaços geográficos definidos, o autor tenta resolver um dos problemas elencados por Mourão no primeiro artigo: a persistência de uma dicotomia confusa entre “contribuição sudanesa” e “contribuição bantu” que carece de definições mais precisas. Além disso, Mukuna traça ao longo do trabalho a transmissão de uma série de elementos tradicionais típicos, desde as regiões interioranas do continente africano até o Brasil através da migração forçada desses grupos escravizados. O autor se utiliza da teoria musical e do estudo das técnicas instrumentais para desenvolver seus argumentos, que apontam para uma diversidade musical afro-brasileira que deriva da distribuição étnica heterogênea das etnias africanas no país.

Cabe destacar que no noticiário dessa primeira edição da revista é divulgada a organização da anteriormente citada coleção História Geral da África pela UNESCO, da qual participou no Comitê Científico Internacional o professor Fernando Mourão. Isso nos leva a duas considerações finais acerca desse dossiê da revista do CEA. Primeiramente, como fruto de um processo de internacionalização mais amplo do centro, esse número conta com contribuições não apenas de alunos do FFLCH-USP como também de universidades africanas, como Angaté e Mukuna, e latino-americanas, como a Universidad Católica Andres Bello de Caracas, de Pollak-Eltz. Isso é resultado do projeto da revista, bem como dos esforços de seus idealizadores, com destaque para Mourão.

Georges Balandier e Roger Bastide: uma sociologia brasileira nascida na França

Durante a leitura dos textos publicados no primeiro número da revista, nota-se uma recorrência nas menções a dois sociólogos franceses: Georges Balandier e Roger Bastide. Tendo em vista a circulação de Fernando Mourão nos círculos intelectuais europeus, sobretudo na França, bem como a atuação de ambos os sociólogos no Brasil, não é surpresa que Balandier e Bastide sejam referências para o CEA. Todavia, além da histórica relação de intercâmbio intelectual entre França e Brasil (especialmente com a USP)¹³, suas áreas de estudo também estavam alinhadas com o projeto do centro de estudos.

Além de diretor de estudos da École Pratique des Hautes Études e professor emérito da Universidade de Sorbonne (Universidade Paris Descartes), Georges Balandier foi o

12 Tradução livre. Título original: “Le malade négro-africain et son milieu social”.

13 Sobre isso, conferir o projeto “França-Brasil: heranças compartilhadas online”, fruto da parceria entre a Bibliothèque nationale de France e a Fundação Biblioteca Nacional, e a dissertação de Fernanda Peixoto, “Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo”, publicada em 1991.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

responsável por inaugurar a cadeira de Sociologia Africana na Universidade de Paris. Referência nas Ciências Sociais por seus estudos das estruturas e dinâmicas de poder coloniais e a agência africana nelas, é conhecido por obras como “Sociologie actuelle de l’Afrique noire” (1955), “Anthropologie politique” (1967), “Sens et puissance, Les dynamiques sociales” (1971) e “Le pouvoir sur scènes” (1980). Lecionou na USP no início dos anos 1960, além de ter sido professor visitante e orientando de projetos de mestrado e doutorado de alunos vinculados ao CEA (MUNANGA, 2012, p. 29).

Por sua vez, o sociólogo francês (com cidadania brasileira) Roger Bastide foi conhecido por sua atuação no Brasil e por seus estudos das religiões e culturas afro-brasileiras. Formado na Sorbonne, lecionou na USP ao longo das décadas de 1940 e 50. Também foi membro das sociedades de sociologia e psicologia de São Paulo, de antropologia no Rio de Janeiro, de folclore no Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico do Ceará. Em razão dessa longa e multifacetada atuação no Brasil, com destaque para o seu trabalho na USP, não apenas se tornou doutor honoris causa pela universidade como recebeu a Ordem do Cruzeiro do Sul pelos serviços prestados à cultura brasileira e à cooperação cultural entre Brasil e França. Evidentemente, a influência era mútua, considerando que Bastide utiliza pesquisas feitas aqui no Brasil para seus estudos:

A obra de Bastide se beneficia das pesquisas realizadas no Brasil sobre folclore, artes, religiões e relações raciais, assim como de distintas tradições intelectuais nacionais, que ele lê e comenta. As religiões afro-brasileiras, um de seus principais temas de interesse, foram trabalhadas de duplo ponto de vista: de um ângulo sociológico, como no artigo de 1945, “Structures sociales et religions afro-brésiliennes” e no livro *Les religions africaines au Brésil* (1960), entre outros, e de um prisma mais etnográfico, por exemplo, em *Le candomblé de Bahia* (1958). A curiosidade pela compreensão das relações entre negros e brancos, precocemente despertada, conhece novo fôlego nos anos 1950, quando ele coordena com Florestan Fernandes uma pesquisa em São Paulo, sob os auspícios da UNESCO. A partir dessa experiência escreve diversos artigos, entre os quais “Les relations raciales au Brésil” (1957), de modo a pensar a inserção do negro na estrutura social e o racismo (PEIXOTO, 2009, s.p.).

Dessa forma, percebe-se que o CEA é fruto de seu tempo: um período no qual a influência francesa na USP se dava não apenas de maneira indireta, através do estudo das obras seminais da sociologia francesa acerca das sociedades africanas, como também direta, tendo em vista que professores como Balandier e Bastide passaram pela USP e formaram os quadros intelectuais e as linhas de pesquisa responsáveis por esse projeto. Isso não significa, obviamente, que não havia originalidade e inventividade naquilo que era produzido pela USP e no CEA. Pelo contrário, foi a antropofagia à brasileira, em sentido similar ao dos antigos modernistas da década de 1920, que permitiu ao CEA capturar influências externas e, mais tarde, diversificar suas pesquisas e produções acadêmicas, tornando essas antigas referências obsoletas frente ao desenvolvimento do campo de estudos africanos no país.

Considerações finais

A partir de 2002, o CEA precisou se adaptar ao novo estatuto e regimento geral da USP e, mais especificamente, da FFLCH. Nesse ano, se tornou um Centro Interdepartamental e



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

intraunidade da FFLCH, por um lado permitindo que possuísse instalações nas dependências da faculdade, por outro redefinindo suas finalidades principais, assim sumarizadas por Kabengele Munanga (2012, p. 25):

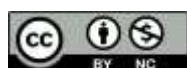
1. “difundir a realidade africana através de cursos, conferências, encontros e publicações”;
2. “promover e incentivar no âmbito da Universidade de São Paulo, o estudo, a pesquisa e a especialização sobre as sociedades africanas e suas problemáticas, desdobramentos e influências manifestadas no continente africano e fora dele”;
3. “favorecer, organizar, orientar e promover o desenvolvimento de pesquisas de campo no continente africano, fazendo a formação de especialistas; incentivar e promover a publicação de trabalhos científicos, didáticos e informativos concernentes ao seu campo de atividades”;
4. “manter e incentivar intercâmbios e relações científicas, acadêmicas, culturais e artísticas com instituições congêneres ou relacionadas com os objetivos do CEA, nacionais ou estrangeiras”;
5. “prestar serviços especializados de assessoria e extensão à comunidade”;
6. “estimular os órgãos públicos, através da pesquisa, assessoria e difusão de conhecimento, no sentido de que levem em conta os aspectos da realidade africana estudados pelos pesquisadores do CEA”;
7. “manter biblioteca, documentação e dados especializados sobre a África”.

Essas mudanças podem ser percebidas de maneira prática quando comparamos o primeiro volume da revista *África* de 1978 com o último publicado em 2023. É importante destacar, todavia, que até 2022 o CEA utilizou o modelo de publicação em dossiês, baseado no lançamento periódico de edições fechadas da revista. Todavia, a partir de 2023 foi adotado o modelo de publicação em fluxo contínuo.

Com isso, ao final de cada período encerra-se o número que veio sendo publicado ao longo do ano, uma vez que sua periodicidade é anual. O presente número, no entanto, será encerrado ao término do primeiro semestre do corrente ano, com data de 2023, de forma a regularizar a publicação da revista (DE MACÊDO, 2023, p. 1-2).

Isso traz duas implicações sobre a nossa análise. Primeiramente, a partir de 2023 cada artigo da revista possui uma paginação própria em vez de seguir a paginação da revista. Em segundo lugar, o tamanho das revistas varia de acordo com a quantidade de artigos enviados e aprovados durante o ano, dessa forma impossibilitando comparações diretas dessa natureza com os números anteriores.

Sabendo disso, o primeiro aspecto que chama atenção, especificamente, no período entre 1978 e 2022 é o tamanho das revistas. Enquanto o primeiro número possui 108 páginas e o segundo 127, o n. 42 (2021) conta com 219 e o n. 43 (2022) com 238. Isso possui relação com o aumento da quantidade de artigos recebidos, mas também dos próprios artigos. Apesar de não existir um formato padrão para os textos aprovados, a maior parte dos artigos do nº 42 tem entre 15 e 25 páginas. Para efeitos de comparação, a maioria



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

dos textos do nº 1 de 1978 não chegava às 10 páginas. Isso aponta para uma complexificação da produção fruto do desenvolvimento do campo de estudos africanos, não apenas no Brasil como também nas universidades parceiras do CEA.

Outro aspecto dos números mais recentes está relacionado à uma mudança que passou a vigorar a partir do nº 43, de 2022: “A Revista África contará a partir deste número com um grupo interdisciplinar de editores que irá trabalhar em conjunto e colaborativamente” (DE MACÊDO, 2023, p. 1). Os reflexos dessa mudança são perceptíveis. Ao dar maior abertura da revista à interdisciplinaridade, a revista gerou um nº 43 com autores de diversas áreas como, História, Ciências Políticas, Letras, Musicologia, Filosofia e Direito. Além disso, diferente do nº 42, repleto de autores africanos (Kabengele Munanga, Kazadi Wa Mukuna, Olabiyi Babalola Joseph Yai, Armindo Saúl Atelela Ngunga, Georges Nzongola-Ntalaja, Mohamed Bahdon Abdillahi), o nº 43 publicou em sua maioria textos de brasileiros de diversas universidades (PUC-MG, USP, UFF, UFMA, UEMASUL, UNIB), além de pesquisadores do Canadá, Moçambique e Portugal.

Essa renovação, evidentemente, possui também outras implicações mais profundas. Se no primeiro número da revista é evidente o predomínio de referências à sociologia francesa, nos mais recentes é notável a participação direta da historiadora Marina de Mello e Souza no grupo editorial. Essa mudança aponta para uma diversificação disciplinar da revista, mas também para uma mudança de perspectiva. No supracitado artigo de Mello e Souza, “Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural”, publicado praticamente vinte anos antes, ela já apontava limitações nas abordagens de Roger Bastide e Pierre Verger no estudo dos sincretismos entre o catolicismo e as religiões africanas, preferindo partir das contribuições de intelectuais de outras abordagens e escolas, como Robert Slenes e John Thornton (pp. 143-144, 2002).

Essas mudanças editoriais e teóricas, podemos propor, configuram um momento de virada na história da revista, sobretudo se considerarmos que estamos falando de um contexto pós lei 10.639/2003, responsável por incluir no currículo da educação básica a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, a Revista África passou por um processo duplo de “africanização”: por um lado, no sentido de atrair estudantes africanos, o que contribuiu para seu enriquecimento epistemológico e ontológico; por outro lado, pela renovação de sua abordagem, abandonando pressupostos da sociologia francesa em prol da construção de um campo autônomo, multidisciplinar e transnacional. A forma como isso ocorre, evidentemente, é algo a ser estudado em outro momento através da análise dos números mais recentes, sobretudo a partir da década de 1990.

Afinal, a revista África tem passado por grandes mudanças editoriais recentemente, o que intensificou processos históricos relacionados de maneira mais ampla ao campo de estudos africanos no Brasil. De certa forma, podemos dizer que o objetivo inicial de Fernando Mourão de criar uma revista que contasse com uma abordagem plural e interdisciplinar está sendo alcançado justamente pela superação dos paradigmas que fizeram a revista ser idealizada e criada. Apesar das dificuldades e entraves que acompanharam a história do centro de estudos, os velhos objetivos parecem ter sido alcançados através da sua própria superação, permitindo que o novo surgisse, seja no CEA-USP, sejam nos diversos outros centros e grupos de estudos africanos que surgiram inspirados pelo pioneirismo daquele seletivo grupo de professores da FFLCH.

Referências



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

ARTIGO DE PERIÓDICO:

BELTRÁN, Luis. Tres contribuciones afro-hispánicas. *África*, n. 1, p. 93-96, 1978. Disponível em: <https://revistas.usp.br/africa/article/view/90760>. Acesso em: 22 abr. 2025.

DE MELLO, Marina et al. Apresentação. *África*, n. 44, p. e227397-e227397, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/227397>. Acesso em: 27 set. 2024.

DE MACÊDO, Tania C. et al. Revista África: novos tempos, novo formato. *África*, n. 43, p. e208616-e208616, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/208616>. Acesso em: 27 set. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos latinoamericanos*, n. 10, p. 116-131, 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MELLO E SOUZA, Marina de. Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 125-146, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21046>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MOURÃO, Fernando A. A.. “Reprise” da África no Brasil. *África*, n. 1, p. 3-12, 1978. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90752>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MOURÃO, F. A. A.; FURTADO, C.; VALENTE, F. Bibliografia sobre Fernando Monteiro de Castro Soromenho. *África*, n. 11, vol. 1, p. 165-186, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/95986>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. *África*, número especial, p. 11-30, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/102605/100877>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Preconceito de cor, diversas formas, um mesmo objetivo. *Revista de Antropologia*, vol. 23, n. 2, p. 145-153, 1978. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/9703>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PADOVANI, Fernando. O internacionalismo em primeira pessoa: Fernando Mourão e o estudo das relações internacionais no Brasil. *África*, p. 75-101, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/102607/100880>. Acesso em: 22 abr. 2025.

POLLAK-ELTZ, Angelina. Onde provêm os negros da América do Sul?. *Afro-Ásia*, n. 10-11, 1970. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20762>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ROLIM, Francisco Cartaxo. Religiões africanas no Brasil e catolicismo – um questionamento. *África*, n. 1, p. 41-62, 1978. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90755>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SCHLICKMANN, Mariana. A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930 a 1980. *Temporalidades*, vol. 8, n. 1, p. 417-443, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5691>. Acesso em: 22 abr. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

SCHWARCZ, Lilia K. M. Quando a desigualdade é diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues. *Gazeta Médica da Bahia*, vol. 76, n. 2, 2008. Disponível em: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/306/295>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SOUZA, Thyago R. G. de. De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”. *Temporalidades*, vol. 5, n. 2, p. 161-180, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5481>. Acesso em: 22 abr. 2025.

TRABALHOS EM ANAIS DE EVENTOS:

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para a discussão. *Reunião Anual da ANPED*, vol. 23, 2000, p. 1-15 Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LIVRO:

MOTTA, Rodrigo P. S. 2014. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

TESE/ DISSERTAÇÃO/ MONOGRAFIA:

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas 1991. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/36473>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OUTROS:

PEIXOTO, Fernanda A. A missão francesa na Universidade de São Paulo. *Heritage BnF*. 2009. Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/missao-francesa-na-universidade-sao-paulo>. Acesso em: 22 abr. 2025. (França-Brasil: heranças compartilhadas online).

SILVEIRA, Paulo F. Movimento negro na ditadura militar. *A Terra é Redonda*, 18 out. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/movimento-negro-na-ditadura-militar>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Notas de autoria

Maia Kochani Frizzo. Mestre e doutoranda em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mkfrizzo@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

FRIZZO, Maia Kochani. Contradições e transformações na história do CEA-USP: caminhos possíveis através da análise da revista *África*. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 52, p. 27-42, 2025.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 22/04/2025

Aceito em 11/09/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](#)